



## » Entrevista | HALIL IBRAHIM AKÇA | EMBAIXADOR DA TURQUIA NO BRASIL

Representante de Ancara em Brasília rejeita acusações de genocídio entre 1915 e 1923 e denuncia politização da história

# "A Turquia não nega o sofrimento dos armênios"

» RODRIGO CRAVEIRO

**N**a semana em que a Armênia relembrou os 109 anos do genocídio, quando mais de 1,5 milhão teriam sido mortos pelo Império Otomano, o embaixador da Turquia no Brasil, Halil Ibrahim Akça, refutou as acusações de massacre, limpeza étnica e deportação atribuídas contra seu país. Em entrevista ao Correio, Akça afirmou que o episódio iniciado em 1915 deve ser compreendido na totalidade da conjuntura da Primeira Guerra Mundial. Ele negou a existência de um genocídio e afirmou: "Esperar por um pedido de desculpas da Turquia é injusto e irrelevante". Segundo Akça, não houve deportação de armênios durante o conflito, mas o cumprimento de uma Lei de Realocação, assinada em 27 de maio de 1915. "Os armênios que viviam nas zonas de guerra foram realocados para as regiões do sul do Império, como medida de segurança", assinalou o diplomata.

### Como vê as acusações de genocídio armênio contra o Império Otomano?

Para entender o que aconteceu entre turcos e armênios, em 1915, é preciso examinar o que ocorreu antes de 1915. O Império Otomano era uma sociedade multiétnica e multirreligiosa, que refletia os impérios da época. Durante o desmantelamento do Império, muçulmanos, turcos, armênios e outras nacionalidades que viviam nele sofreram imensamente. A entrada do Estado Otomano na Primeira Guerra Mundial foi vista como uma grande oportunidade pelos grupos armados armênios. Eles se revoltaram contra o Estado na Anatólia Oriental, colaborando com os exércitos russos czaristas invasores e forças estrangeiras. As milícias armênias realizaram ataques contra os civis muçulmanos e o Exército otomano,

envolvendo-se em atos de sabotagem, na frente oriental. Elas até atacaram armênios locais que não apoiavam sua causa, como o prefeito de Van, Bedros Kapamacyan.

### Como se explica a deportação dos armênios?

Não foi uma deportação, mas uma realocação dentro do país, pois os locais de reassentamento estavam nos territórios otomanos. Como resultado das pesadas baixas infligidas pelos ataques armênios, o governo otomano promulgou a Lei de Realocação, em 27 de maio de 1915, por meio da qual os armênios que viviam nas zonas de guerra foram realocados para as regiões do sul do Império, como medida de segurança. Os armênios que viviam longe dos campos de batalha não foram sujeitos à realocação, e os reassentados receberam o direito de voltar para suas casas, após o fim da guerra.

### Qual foi o objetivo dessa realocação?

Deve-se observar que não se tratava de uma punição, mas de uma medida para evitar novos conflitos e a colaboração dos armênios com as forças russas de ocupação.

### E o que aconteceu em 24 de abril de 1915?

De fato, 24 de abril de 1915 foi a data em que a administração otomana emitiu uma circular ordenando o fechamento dos comitês armênios, como os Dashnaks e Hunchaks, bem como a prisão de seus líderes e daqueles que estavam envolvidos em atividades armadas destrutivas contra a segurança do Estado. Essas medidas não têm objetivo político baseado em determinação ideológica. Pelo contrário, elas foram implementadas devido às necessidades de segurança.

### O que a Lei de Realocação determinava?

A Lei de Realocação previa todas as medidas possíveis a

Rodrigo Craveiro/Especial/CB/D.A Press



Esperar por um pedido de desculpas da Turquia é injusto e irrelevante"

serem tomadas pelo governo otomano para garantir a segurança dos armênios sujeitos à realocação. Foi implementada em condições de guerra, e alguns sofrimentos não puderam ser evitados. Mas o número tão frequentemente citado pelos apologistas armênios é muito exagerado.

Como a lei não se baseava em discriminação racial, uma parte significativa dos armênios foi dispensada da realocação. Armênios continuaram a viver em outras partes do Império, principalmente em Istambul e nas cidades do oeste, durante a guerra. Os oficiais ou civis que desobedeceram às instruções do governo e cometeram crimes contra os comboios armênios foram julgados pelos tribunais militares em 1916. Do total de 1.673 pessoas que foram julgadas, 659 acabaram condenadas a diferentes punições, incluindo 67 penas de morte.

### E como analisa as acusações de genocídio?

Não se pode alegar a existência de uma intenção genocida por parte de um Estado que investiga, processa e pune ativamente soldados e oficiais acusados de cometerem delitos contra os armênios. A Turquia respeita e não nega o sofrimento dos armênios. Somos contra a apresentação dos trágicos eventos de 1915 como um genocídio. Os esforços para distorcer o passado doloroso, caracterizando os eventos que levaram ao colapso do Império Otomano como "genocídio", não são apenas legalmente incorretos, mas contradizem as realidades históricas. Essa representação errônea desconsidera totalmente o sofrimento turco e muçulmano. A compaixão se torna problemática quando é seletiva.

### A Armênia e outras nações aguardam um pedido formal de desculpas da Turquia.

### Isso está fora de questão?

O "genocídio" é um conceito jurídico muito restrito e denota crime claramente definido, que só pode ser estabelecido por um tribunal competente, conforme a Convenção sobre Genocídio de 1948. De acordo com o documento, os seguintes critérios específicos são necessários para provar o genocídio: evidência concreta, veredicto de um tribunal competente e intenção de destruir (*dolus specialis*). Os principais tribunais da ONU confirmaram que a definição exige um padrão de prova muito alto.

Ao contrário do Holocausto e dos genocídios no Camboja, Ruanda e Srebrenica, a natureza dos eventos que ocorreram durante a desintegração do Império Otomano não se enquadra nessa categoria. Não há intenção comprovada de destruição por parte do governo otomano, nem julgamento de um tribunal competente.

### Mais de 30 países reconheceram que houve um genocídio armênio. O Brasil aprovou uma moção no Senado. Como o senhor vê isso?

Não existe um veredicto do tipo dado por um tribunal competente com relação aos eventos de 1915. Os parlamentos não devem assumir o papel do Judiciário, posicionando-se em debates históricos e aprovando leis ou resoluções que incriminem países terceiros, na ausência de decisões de tribunais internacionais competentes.

A politização da história não beneficia a busca acadêmica pela verdade nem ajuda os esforços para estabelecer um diálogo construtivo entre turcos e armênios.

As decisões parlamentares ou declarações políticas que favorecem o relato tendencioso e controverso da história servem apenas para a propaganda dos ultranacionalistas radicais. Em vez disso, o objetivo dos políticos deve ser apoiar os esforços políticos para a normalização. Com razão,

a grande maioria dos países não reconheceu os trágicos eventos de 1915 como genocídio

### Então, a que o senhor atribui o fato de armênios buscarem o reconhecimento internacional dos acontecimentos de 1915?

Não há consenso histórico, acadêmico ou jurídico sobre o que aconteceu em 1915. É a ausência de um consenso acadêmico e jurídico sobre essa questão que leva grupos armênios a visarem órgãos políticos, especialmente parlamentos, para obter apoio para sua versão da história. Períodos controversos da história devem ser objeto de debate desapassionado entre acadêmicos competentes e imparciais, e não um tópico para consumo político interno.

Acreditamos que eles não devem agir como historiadores ou tribunais internacionais e julgar um crime grave como o genocídio. Caso contrário, a história e a justiça serão politizadas. A Turquia propôs a formação de uma comissão conjunta de história para a Armênia, em 2005, com o objetivo de chegar a uma narrativa compartilhada, baseada em uma memória objetiva. Embora o lado armênio nunca tenha respondido a essa oferta, nossa proposta ainda está sobre a mesa.

Há uma necessidade indiscutível de mais pesquisas acadêmicas e estudos de arquivos para entender a complexa cadeia de eventos que levaram à Primeira Guerra Mundial e durante a mesma no Império Otomano. Os vastos arquivos otomanos, como uma das fontes primárias da época, estão abertos e acessíveis à pesquisa acadêmica. Ao contrário, os arquivos armênios permanecem fechados até os dias atuais. Eles também devem ser acessíveis a todos os pesquisadores.

### Leia a íntegra da entrevista em <http://www.correio braziliense.com.br>



### Conexão diplomática

por Silvio Queiroz  
silvioqueiroz.df@gmail.com

## Biden na sinuca: e nós com isso?

A pouco mais de seis meses da disputa pelo segundo mandato, o presidente Joe Biden tem na frente diplomática um duplo desafio, que se apresenta como enigma para uma campanha eleitoral que se anuncia acirrada — e que começa com o adversário em meio às turbulências de um julgamento rumoroso. Pela perspectiva do Planalto e do Itamaraty, o desfecho da corrida pela Casa Branca diz respeito às definições de política externa para a segunda metade do mandato de Lula. A opção dos americanos por Biden ou Donald Trump tem implicações incontornáveis para os planos brasileiros na geopolítica regional e na inserção do país em uma ordem internacional estremeçada.

Nos últimos dias, se alastra nas universidades dos EUA uma onda de protestos contra o apoio do governo a Israel na ofensiva militar contra o movimento palestino Hamas. Na Ucrânia, uma guerra a cada dia mais impopular entre os americanos dá sinais de que vai se prolongar, a um custo — financeiro e político — que se multiplica.

Ao fim de meses de negociações, com idas e vindas, a Casa Branca conseguiu enfim aprovar no Congresso um pacote bilionário de ajuda que contempla os aliados em armas no Oriente Médio e na Europa, além de Taiwan, sob pressão crescente da China. São, ao todo, US\$ 95 bilhões, montante que soa incômodo para os eleitores às voltas com inflação alta e economia a passo lento. Prato cheio para o desafiante da oposição republicana.

### Bicho pega

Trump nada de braçada no tema da Ucrânia. Visto como simpático ao presidente da Rússia, Vladimir Putin, quando ele próprio ocupou a Casa Branca, o bilionário republicano disse no início do mês que, se voltar ao governo, acaba com a guerra "em menos de 24 horas". O premiê direita da Hungria, Viktor Orbán, amigo e aliado, resumiu a "fórmula mágica": "Ele não dará nem um centavo (para o governo de Kiev)".

Com ou sem os dólares de Biden, a situação na frente de batalha se apresenta pouquíssimo promissora para o presidente Volodymyr Zelensky. Para o aliado em Washington, o preço político será chegar às urnas sob bombardeio por abrir os cofres para uma guerra perdida.

### Bicho come

No conflito do Oriente Médio, a equação é ainda mais complexa, com múltiplas variáveis. Os EUA, seja o presidente democrata ou republicano, têm uma aliança estratégica e carnal com Israel. Mas, embora a ajuda militar americana seja indispensável para seus planos de neutralizar o Hamas, o premiê Benjamin Netanyahu fez pouco caso, até aqui, da pressão exercida por Washington para que minimize as baixas civis — são mais de 34 mil mortes em seis meses de operações em Gaza — e a penúria de centenas de milhares de refugiados.

É justamente o sofrimento dos palestinos que alimenta o confronto nas universidades, com saldo de centenas de estudantes detidos. Lá está uma das pontas do nó político-eleitoral que desafia Biden. Em uma disputa que se anuncia voto a voto, o eleitorado jovem é indispensável para o sucesso do veterano democrata. O apoio a Israel ameaça estimular a abstenção nessa fatia estratégica dos votantes potenciais. Em 1968, os protestos da juventude em massa contra a Guerra do Vietnã esvaziaram a candidatura de Hubert Humphrey e contribuíram para a vitória do republicano Richard Nixon.

Na outra ponta do nó, uma indisposição frontal com Netanyahu abre um flanco perigoso, caso seja vista pelo eleitorado judaico como "abandono" de Israel. Esse nicho de voto é uma das reservas históricas do Partido Democrata. A perda de fatias dele pode não ter maior impacto em estados como Nova York e Califórnia, que há décadas não dão maioria a um republicano. Mas pode ser

desastrosa na Flórida, outro dos grandes colégios eleitorais dos EUA: lá, as últimas disputas presidenciais foram decididas por margem estreita.

### Seis ou meia dúzia?

A definição das urnas, em novembro, coloca desde já para o governo Lula a pergunta da esfinje: melhor com Biden ou com Trump? À primeira vista, o democrata parece a escolha óbvia. Afinal, o adversário republicano é expoente da extrema-direita, que ganha terreno a passos largos na Europa e incide cada vez mais na política global. Em particular, o entorno trumpista cultiva laços próximos com o clã Bolsonaro — começando pelo ex-presidente, que se refere ao americano como "amigo".

Biden, tratado com desfeita pelo governo bolsonarista, colocou-o no "gelo" e foi ostensivo em receber Lula com pompas apenas semanas depois da troca de guarda no Planalto. Mas as amabilidades ficaram praticamente por ali. Nesse quase ano e meio de mandato, a política externa brasileira coleciona desencontros

com a da Casa Branca e do Departamento de Estado.

Na esfera global, com a opção preferencial pelo Brics. Ela ajuda a explicar a dificuldade de Lula para encontrar o tom mais próprio na guerra da Ucrânia. Em relação ao Oriente Médio, a colisão é frontal, seja quanto à Palestina, seja no confronto direto entre Israel e Irã.

No tabuleiro da América Latina, base estratégica para a projeção global do Brasil, não será preciso esperar até novembro. No fim de julho, a Venezuela terá eleição presidencial que Washington já define como uma farsa para dar novo mandato a Nicolás Maduro. Em plena campanha, Biden pode ser tentado a bombardear Caracas com uma barragem de sanções. Lula ficará espremido entre o coro de condenação ao regime bolivariano e a linha-mestra de política externa que recomenda neutralizar a intervenção de Washington em assuntos da vizinhança.

Já Trump, está à vontade para dizer o que mais lhe convier. Mesmo porque, até novembro não terá nenhuma decisão para tomar a respeito. Pode disparar a gosto o estilingue giratório.